



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Classes, Desigualdades e Políticas Públicas [ST]

SENTIDOS E MODOS DE REPRESENTAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES: ENTRE A REPARAÇÃO DE INJUSTIÇAS E A PRODUÇÃO DE INJUSTIÇAS

MARTINS, João Eduardo

Doutorado em Sociologia – Especialidade em Sociologia da Cultura, do Conhecimento e da Educação

Universidade do Algarve

jrmartins@ualg.pt

Resumo

Com a presente comunicação pretende-se mobilizar os resultados empíricos de uma investigação de doutoramento em Sociologia, intitulada “*Das Políticas Às Práticas De Educação De Adultos: Lógicas de Acção, Sentidos E Modos De Apropriação Localmente Produzidos*” de modo a problematizar sociologicamente os sentidos e os modos de representação dos beneficiários da Iniciativa Novas Oportunidades a partir da perspectiva dos educadores que trabalham no programa. Do ponto de vista metodológico trata-se de um estudo multicasos de carácter qualitativo que aposta numa lógica de descoberta e no conhecimento em profundidade de uma medida de política pública que ganhou um relevo acrescido nos últimos anos na sociedade portuguesa. Do ponto de vista teórico o objecto em estudo foi conceptualizado a partir da intersecção entre uma sociologia política da acção pública e a sociologia da individuação, com centralidade analítica no conceito de prova. Os principais resultados da investigação permitem-nos dizer que, se por um lado, esta medida de política pública é percebida como reparadora de injustiças sociais uma vez que dá uma nova oportunidade educativa a indivíduos que foram afastados do sistema educativo devido a causas percebidas como exteriores à sua intervenção, por outro lado, a medida é encarada como produtora de injustiças sociais quando oferece novas oportunidades educativas a indivíduos que são percebidos nas representações dos técnicos como nada fazendo para as merecer.

Abstract

On this paper we intend to mobilize the empirical results of a PhD research in Sociology with the title “From the Policies to the Practices of Adult Education: Meanings and Modes of Appropriation, Locally Produced”, in order to question, in terms of sociology, the meanings and modes of representation of beneficiaries of the “*New Opportunities Initiative*”, from the perspective of the educators that work on the program. From the methodological point of view, this is a multi-case study of qualitative nature, which invests on the logic of discovery, as well as on an in-depth knowledge of a public policy measure that has earned an increased significance during the last years of Portuguese society. From the theoretical point of view, this case study was conceptualised based on the intersection between a political sociology of public action and the sociology of individuation, having its analytical centrality in the concept of *épreuve*. The main results of the research, allow us to say that, if in one hand this public policy measure is perceived as a restorer of social injustices, once it gives a new educational opportunity to individuals who have been put aside from the educational system due to causes perceived as exterior to their intervention, on the other hand it is regarded as a producer of social injustices, as it offers new educational opportunities to individuals who, under the perspective of the technicians, are perceived as doing nothing to deserve them.

Palavras-chave: Novas Oportunidades; Sentidos da Medida; Modos de Apropriação Local

Keywords: New Opportunities, Meanings of the Measures; Modes of Local Appropriation

1. Introdução

Procuramos com este texto produzir uma reflexão sociológica em torno das políticas públicas de educação básica de adultos a partir dos resultados parciais de uma investigação de doutoramento em sociologia realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa onde se estudaram os modos de produção da acção pública na sociedade portuguesa a partir do analisador Iniciativa Novas Oportunidades. É a exploração analítica dos dados que dizem respeito ao modo como os técnicos que tiveram a seu cargo a responsabilidade pela implementação da Iniciativa representam os beneficiários e os sentidos que atribuem à medida o centro da nossa preocupação. Do ponto de vista conceptual o quadro teórico que resultou das sugestões empíricas que foram emergindo do terreno orientou-se para a articulação e interpenetração analítica de uma sociologia política da acção pública (Hassenteufel, 2008), a sociologia da individuação (Martuccelli, 2006) e o conceito de procedimentalização (De Munck e Verhoeven, 1997) e de agir poético (Soulet, 2006). Do ponto de vista metodológico e epistemológico a investigação situa-se do lado de uma sociologia compreensiva (Weber, 1971), são privilegiados na análise os sentidos que os actores dão às suas acções; do lado das metodologias qualitativas e do lado da galáxia construtivista (Corcuff, 2001) sendo o social perspectivado não como dado de uma vez por todas à imagem das abordagens positivistas mas como resultado de uma construção social. A investigação procurou também a articulação entre os níveis micro e macro de análise mobilizando a articulação que entendemos fecunda na proposta de Berthelot (1997) entre o esquema de inteligibilidade actancial e o esquema de inteligibilidade estrutural. Para se alcançar este objectivo analítico foi fulcral a proposta interpretativa de Martuccelli (2006) em torno de uma sociologia da individuação uma vez que esta é uma sociologia que partindo das existências individuais e levando muito a sério a maneira de pensar, de agir e de sentir dos indivíduos ela não tem como objectivo principal esse nível de análise mas sim o nível estrutural. A sociologia da individuação é uma macrossociologia que tem como objectivo central a compreensão da produção societal dos indivíduos que o mesmo é dizer a compreensão de uma determinada singularidade societal num determinado contexto socio-histórico. Tratou-se no nosso caso de compreender a produção societal da acção pública no âmbito das políticas de educação básica de adultos na sociedade portuguesa a partir da perspectiva dos técnicos encarregues de implementar no terreno esta medida de política pública. O material empírico foi sujeito à análise estrutural de conteúdo (Hiernaux, 1997) de modo a identificar os modelos que orientam a conduta dos indivíduos ao nível das suas práticas sociais. A técnica de recolha de dados utilizada foi a entrevista semi-estruturada a técnicos e formadores que trabalharam em cursos de educação e formação de adultos e nos Centros Novas Oportunidades numa Associação de Desenvolvimento Local e num Centro de Formação Profissional da região do Algarve. Neste texto centramos a nossa reflexão nos sentidos atribuídos à medida pelos técnicos e nos modos de representação dos beneficiários assim como nas implicações que os resultados da investigação nestas duas dimensões levantam ao nível das políticas públicas de “*activação*”.

2. Os sentidos da Iniciativa Novas Oportunidades: Entre a reparação de injustiças e a produção de injustiças

Os sentidos atribuídos pelos técnicos que têm a responsabilidade de no terreno levar a cabo a implementação da Iniciativa Novas Oportunidades permitem-nos dizer que se por um lado esta medida de política pública é percebida como reparadora de injustiça social uma vez que dá uma nova oportunidade educativa a indivíduos que foram afastados dos sistema educativo devido a causas percebidas como exteriores à sua capacidade de agir individual, por outro lado, a medida é encarada como produtora de injustiças quando oferece oportunidades educativas a indivíduos que são percebidos nas representações dos técnicos como não fazendo nada para as merecer. Os primeiros são percebidos como sendo aqueles que verdadeiramente merecem a oportunidade que o programa lhes oferece. Os segundos são percebidos como não merecedores das oportunidades que o sistema põe à sua disposição. Nas representações dos entrevistados é clara esta dicotomia. De um lado estão posicionados os “*bons*” beneficiários da Iniciativa. Aqueles para quem de facto as “*Novas Oportunidades*” valem a pena. Do outro lado, os “*maus*” beneficiários da Iniciativa. Aqueles que se aproveitam do sistema ou

que são percebidos como não sendo feitos para ele. As representações sociais dos técnicos sobre os beneficiários desta medida permitem-nos constatar assim que estamos na presença de um dos mais poderosos mecanismos de legitimação das desigualdades sociais identificado por Martuccelli (2006), a responsabilização dos indivíduos pelo seu sucesso (ou insucesso), neste caso, na sua passagem pela iniciativa e pela sua reintegração social. Independentemente dos beneficiários serem percebidos como vítimas dos mecanismos de reprodução social e cultural esta responsabilização dos beneficiários pela sua própria condição é o mecanismo a que os técnicos recorrem para posicionar o público-alvo com quem trabalham. A capacidade de activação de si próprio é o mecanismo legitimador do sucesso do trabalho de reconhecimento e validação de competências não só dos destinatários mas também do trabalho sobre o outro (Dubet, 2002) levado a cabo pelos formadores e pelos diferentes técnicos. Deste modo a Iniciativa Novas Oportunidades dependendo da vontade e da capacidade de activação de si tanto pode funcionar como um dispositivo de selecção social afastando aqueles considerados como não aptos ou sem vontade de ir ao encontro do novo paradigma das políticas públicas centrado na exigência da activação como pelo contrário pode funcionar como um dispositivo capaz de produzir uma nova confiança institucional em si (Martuccelli, 2006, p. 44) quando os indivíduos se movem na direcção desejada pela normatividade da medida e da exigência dos técnicos.

3. Os modos de representação dos beneficiários da Iniciativa Novas Oportunidades: A perspectiva dos técnicos

Um eixo analítico importante resultante da análise estrutural de conteúdos realizada sobre o material empírico diz respeito às representações sociais dos “*profissionais*” EFA sobre a população-alvo destinatária da formação que frequenta a Iniciativa Novas Oportunidades. Procurou-se agarrar este núcleo representacional essencialmente através do modo como os “*profissionais*” perspectivam as motivações que levam os “*adultos*” formandos a frequentarem esta medida de política pública. Ao fim e ao cabo trata-se de perceber qual é o diagnóstico da situação social e pedagógica dos beneficiários da formação EFA e dos adultos que frequentam as práticas de reconhecimento e validação de competências, a partir do ponto de vista dos técnicos responsáveis por levar à prática, em acto, a implementação da iniciativa. Como definem socialmente os técnicos os beneficiários da formação? Partimos do pressuposto que apesar de haver uma representação normativa emanada do Estado inscrita nos documentos oficiais sobre os beneficiários desta iniciativa quando espreitamos pelo microscópio na observação do trabalho formativo com a preocupação de perceber a complexidade das situações formativas a partir do olhar dos formadores e dos profissionais que fazem o trabalho de reconhecimento e validação dos adquiridos experienciais salta-nos à vista um mosaico composto de representações sobre os beneficiários que a análise dos normativos oficiais não nos permite de todo captar. Estes diferentes modos como os técnicos e os formadores de educação e formação de adultos representam os beneficiários desta medida de política pública são de extraordinária importância analítica para se perceber como os mesmos se posicionam perante os diferentes tipos de clientes que têm pela frente num contexto societal em que as políticas públicas de educação de adultos seguem as solicitações inerentes às políticas de activação subjacentes à ideia de Estado Social Activo¹. Quais os diferentes modos de representação dos beneficiários da Iniciativa Novas Oportunidades e de que maneira esses diferentes modos se relacionam com o seu trabalho no âmbito da activação do outro e do modo como o outro exerce um trabalho sobre si próprio? É essa a questão que a análise da tipologia que a seguir se apresenta permite discutir. São quatro os tipos ideais que a análise do material empírico permitiu recortar. O modelo cultural dos *oportunistas*, o modelo cultural dos *clientes-ideais*, o modelo cultural dos *forçados* e o modelo cultural dos *esforçados*.

Tipos Ideais de Beneficiários	Motivações dominantes para a prática da formação	Modo de Racionalidade dominante	Modos de designação da situação	Modos de posicionamento face à intenção política de activação
Oportunistas	Dominância das motivações materiais	Racionalidade estratégica centrada no cálculo custos-benefícios	Oportunistas, aproveitadores, papa-cursos, subsídio-dependentes. Profissionais da formação	Formação como modo de vida (propósito de aproveitar uma almofada financeira temporária)
Clientes-ideais	Dominância das motivações escolares e de melhoria das suas competências pessoais e profissionais	Racionalidade normativa centrada na adesão às normas do jogo formativo	Excelentes, “aqueles com quem dá gosto trabalhar”	Formação como oportunidade de vida (Propósito de mudar de vida)
Forçados	Sem motivações de qualquer espécie para a formação	Racionalidade contra normativa centrada no questionamento e na recusa das normas da prática formativa	Obrigados, coagidos, ameaçados	Formação como coação institucional (Propósito de ingressar no mundo do trabalho, rejeição da formação)
Encostados	Dominância de motivações materiais e reduzida motivação para a prática da formação	Racionalidade procedimental e estratégica centrada na tensão permanente entre a pressão dos profissionais para a tarefa e a busca do máximo proveito com o menor esforço	Encostados, arrastados	Formação como modo de vida com possibilidade de um despertar para uma oportunidade de vida

Quadro síntese – Representações dos formadores de adultos sobre os beneficiários da INO – As motivações para a prática da formação. Quadro retirado da tese de doutoramento de Martins (2013). Consultar os anexos na página 354.

O modelo cultural dos *oportunistas* aparece nas representações dos técnicos marcado por um conjunto de características associadas aos beneficiários em que a motivação destes últimos para a frequência dos Centros Novas Oportunidades e para a prática da formação no âmbito dos cursos EFA tem como dominante as motivações de ordem material. O modo de racionalidade que é perspectivado como orientando a acção dos destinatários é uma racionalidade estratégica assente no cálculo custos-benefícios. Os modos como são designados os indivíduos que se encontram associados a este sistema de sentidos diferem entre rotulações tais como “*oportunistas*”, “*aproveitadores*”, “*papa-cursos*”, “*subsídio-dependentes*” ou ainda “*profissionais da formação*”. Quanto ao modo de posicionamento dos beneficiários face à intenção política de activação esta é perspectivada como sendo orientada por uma relação à formação de instalação num modo de vida cujo principal propósito é o de aproveitar uma almofada financeira temporária percebida como bastante confortável. Vejamos mais em pormenor através da voz dos próprios formadores como estes definem os papa-cursos. Sónia é Técnica de Desenvolvimento Local numa Associação onde realizámos entrevistas. É também mediadora do curso EFA - B3, de *Apoio Familiar e à Comunidade* e formadora do módulo *Aprender com Autonomia*. Tem trinta e oito anos, é licenciada em Gestão de Empresas e tem formação Pós-Graduada em Educação de Adultos.

“Entrevistador – Falou aí na questão dos papa-cursos. Pode-me tentar explicar um pouco melhor essa ideia?”

Entrevistada – São (risos) as pessoas que fazem curso atrás do outro sempre à procura da bolsa, não é. Aqui quando fizemos a selecção tentámos que isso não existisse, portanto, tentámos que não tivéssemos pessoas que vivem disso e portanto eu penso que isso agora acaba, não é, porque já não vai haver tantos cursos financiados mas sabemos que ao longo destes anos em que houve financiamentos, houve pessoas que atrás de um curso faziam outro, faziam outro e faziam outro e iam saltando de curso em curso, independentemente da área de formação que fosse, não estavam interessados na área, estavam interessados era em estar integrados num curso e receberem a bolsa.”

Como mediadora do curso Sónia participou do processo de recrutamento e selecção dos formandos. Segundo nos disse, no momento do recrutamento, na entidade para onde trabalha, procurou-se seleccionar os “papa-cursos”, impedindo-os de entrar no percurso de formação, para que estes não tirassem o lugar a quem verdadeiramente pudesse aproveitar a oportunidade oferecida pela Iniciativa Novas Oportunidades. Os “papa-cursos”, são assim percebidos como “aproveitadores” de um sistema que não se quer feito para eles. Há que procurar deixar de fora os “oportunistas” para abrir espaço aos que efectivamente fazem por merecer a oportunidade. Segundo a Sónia, essa selecção dos papa-cursos foi bem conseguida: “não temos aquelas pessoas que nós dizemos que são os papa-cursos, ou seja, quando vieram para aqui não vinham de uma rotina de cursos, não vinham”, versão esta que não bate certoⁱⁱ com a de Cátia, trinta e três anos, Animadora Sócio-Cultural de profissão, licenciada em Animação Artística e com duas Pós-Graduações, uma em Teatro e Educação e outra em Promoção e Mediação da Leitura, formadora na área tecnológica no módulo de Animação e Lazer no mesmo curso de Sónia, para quem os “oportunistas”, sob o modo papa-cursos, são uma realidade com que se defrontou de facto:

“Entrevistador – Quando se refere aos oportunistas...”

Entrevistada – São pessoas que como já lhe disse e tinha lá pelo menos duas ou três que viviam só mesmo para esse tipo de coisas (...) não vão fazer o estágio para não concluírem para se poderem candidatar ao próximo curso desse estilo e então andam de curso em curso e acabam por não fazer nada e entretanto já tinham vindo de outros dois. Isso tem que ser muito bem pensado, se já fez um, já não faz mais nenhum, ao menos que um curso, por exemplo, desde que seja de Apoio Familiar e o outro seja uma coisa que especialize mais, sei lá, para o tratamento de idosos e aí compreende-se. Acho que cada caso é um caso, tem que se ver nesse aspecto, agora pessoas que estão lá, que já vieram de outros cursos e que vão fazendo e saltam de curso em curso e começam em Jardinagem, passam para Culinária, passam para Apoio à Comunidade, depois se abrem um de Electricidade, até é muito engraçado, vamos lá aprender a construir extensões e vão e nunca acabam nenhum mesmo para poderem continuar a saltar de curso em curso, há pessoas que fazem isso, isto falo com conhecimento de causa dito por uma delas.”

No mesmo sentido de Cátia se pronuncia Leonardo, trinta e oito anos, formador da área de competência-chave de Inglês, formador de Francês e Inglês no CNO e coordenador de acções de formação. Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas, com forte experiência em Educação de Adultos, que nos conta, quando fala dos formandos que se “perdem” através das desistências dos cursos EFA, como se depara com pessoal especializado na acção estratégica de saltar de curso para curso:

“(...) foram saindo aos poucos, perdemos quatro, logo uma no início que não tinha tempo, que trabalhava à noite ou o que é, num bar e depois estava sempre a faltar de manhã, foi mesmo excluída. Depois perdemos uma mais à frente, depois outra, até ao Natal perdemos quatro elementos em vinte e agora perdemos uma no fim, foi comunicado há pouco tempo, a última que tinha desistido, mas essa, essa já é profissional a fazer isso, vai até ao fim do curso depois desiste para não ter o 9º ano, para se poder inscrever noutra (...) portanto há pessoal especializado nisso.”

A bolsa de formação que os formandos recebem é percebida pelos formadores como funcionando como um atractivo que gera “dependência” e “comodidade” actualizando uma representação social dos beneficiários que os encara como actuando numa lógica estratégica que importa estender o mais possível no tempo para ter o conforto da almofada financeira do momento. Esse é o significado social de “saltar de

curso em curso". Quanto ao modelo cultural dos *clientes-ideais*ⁱⁱⁱ prevalecem como motivações dominantes para a frequência e a prática da formação as motivações escolares, uma valorização clara da melhoria das suas qualificações escolares assim como uma motivação forte para a melhoria das suas competências pessoais e profissionais e uma valorização do reconhecimento, da validação e da certificação dos adquiridos experienciais desenvolvidos ao longo das suas vidas. O modo de racionalidade dominante tal como percebido pelos técnicos é o de uma racionalidade normativa centrada na adesão às normas do jogo formativo, estes indivíduos são designados como "*excelentes*" e são considerados aqueles com quem dá efectivamente "*gosto trabalhar*". A formação no âmbito da medida Novas Oportunidades é perspectivada, de facto, como uma oportunidade de vida com o propósito de mudar de vida. Vejamos o que nos diz Sónia, mediadora do curso EFA de Apoio Familiar e à Comunidade para quem este grupo de formandos com quem está a trabalhar é dos melhores grupos com quem já trabalhou.

"Entrevistador – Ao nível de empenhamento dos formandos sente que há diferenças?"

Entrevistada – Há diferenças há, pessoas muito empenhadas, temos pessoas, este grupo como eu referi tem pessoas muito capazes. A grande maioria dos formandos são pessoas muito capazes, com muitas competências e que são capazes de ir mais além, portanto, não só o 9º ano, mas o 12º ano ou ir mesmo para a universidade (...)"

Questionada sobre o nível de empenhamento dos formandos na prática formativa refere que no grupo de formação há pessoas "*muito empenhadas*", "*muito capazes*", com "*muitas competências*" e que são capazes de "*ir mais além*" do ponto de vista da sua trajectória formativa. Estes são percepcionados como sendo portadores de competências que os poderão conduzir a trajectórias de escolarização longa, não só ao nível do 9º ano, mas também, ao nível do acesso ao ensino superior. Ao contrário dos oportunistas (sobretudo na sua versão de papa-cursos) que são perspectivados de forma negativa e a quem se procurava colocar uma barreira à entrada, seleccionando-os, uma vez que são tidos por indesejados para o trabalho de formação, os clientes-ideais são perspectivados de forma muito positiva e são estes que são os beneficiários desejados, aqueles com quem efectivamente se retira prazer em trabalhar. Isso é muito elucidativo no discurso de Paulina, psicóloga e formadora em módulos da área tecnológica, para quem existem beneficiários que estão no curso porque não tiveram alternativa em termos das opções oferecidas pelo sistema de formação e outros beneficiários que estão no curso porque é aquela oferta que os motiva e são esses os "*que estão mesmo ali porque querem*", que vão agarrar a oportunidade que lhes é dada e fazer dela um trunfo que lhes pode ser válido no ingresso no mercado de trabalho. São esses com quem verdadeiramente se gosta de realizar a acção pública inerente ao trabalho de formar: "*é esta franja de pessoas que nos dá mais prazer formar*".

"(...) temos aquelas pessoas que estão naquele curso porque não havia outro e portanto precisavam daquele e temos ali aqueles que estão ali mesmo porque querem e são aqueles que vão agarrar aquela oportunidade e fazer dela um trunfo para depois entrar no mercado de trabalho e é esta franja de pessoas quem nos dá mais prazer formar, claro que sim."

No modelo cultural dos *forçados* não há qualquer tipo de motivações para a frequência da iniciativa e para a prática formativa. O modo de racionalidade dominante é percepcionado como orientado por uma racionalidade contra-normativa centrada no questionamento e na recusa das normas da prática formativa. Estes indivíduos são designados como "*obrigados*", "*coagidos*", "*ameaçados*" e o modo de posicionamento face à intenção política de activação remete para uma lógica da formação como "*coacção institucional*", estes indivíduos têm como propósito ingressar no mundo do trabalho e rejeitam o trabalho de formação. A análise realizada a partir do material empírico recolhido nas entrevistas aos formadores EFA e aos profissionais de RVCC permitiu-nos constatar que há uma nova regra emanada do ministério que regula o Instituto de Emprego e Formação Profissional que impõe que toda a gente que está desempregada e que não tenha habilitações ao nível do 12º ano é obrigada a inscrever-se na Iniciativa Novas Oportunidades, o que na opinião dos entrevistados faz gerar "*problemas*". Existem "*pessoas que estão aqui obrigadas*", "*que não querem saber disto para nada*", "*que estão desmotivadas e que estão contra vontade*", "*que atacam os profissionais e estragam os grupos de formação*". Alguns destes beneficiários são percepcionados como "*pessoas que nunca fizeram nada e já são profissionais do desemprego*" ou que "*vivem de biscates*". Tem-se a ideia de que "*não querem trabalhar em lado nenhum*" e que o que querem é "*continuar com a sua*

vidinha e viver fora deste esquema". São ameaçados do corte do Subsídio de Desemprego ou do Rendimento Social de Inserção. São pessoas que se *"tornam agressivas e chegam aqui chateadas, aborrecidas e ameaçam os profissionais"*, *"acabam por se sentir empurradas de um lado para o outro"* e *"incomodam os restantes colegas e estorvam o seu trabalho e o dos técnicos"*. Ao contrário dos clientes-ideais que são os clientes das *"Novas Oportunidades"* verdadeiramente desejados, os forçados, pelos problemas que colocam ao trabalho dos profissionais são um tipo de clientes que chegam a ser indesejados. O discurso da Sónia é mais uma vez extraordinariamente rico de significados a este respeito.

"Há coisas que, há coisas muito mal definidas, por exemplo agora, muito mal quer dizer, há que ponderar bastante bem a decisão e a regra, por exemplo, agora, uma nova regra no Instituto de Emprego, por um lado não está mal, por um lado não está mal mas que é preciso ver caso a caso, que é, toda a gente que está desempregada e que não tenha as habilitações a nível do 12º ano obrigam-nos a ir para um Centro Novas Oportunidades ou para um curso EFA ou para o que quer que seja, obrigam-nos a inscrever-se na Iniciativa Novas Oportunidades, eu por um lado compreendo isto, portanto, se uma pessoa está desempregada, então têm que se qualificar mais para se poder voltar a integrar no mercado de trabalho mas isto depois gera problemas, depois temos pessoas aqui que estão obrigadas que não querem saber disto para nada que estão desmotivadas e que estão contra vontade e o que é que fazem, atacam os profissionais e estragam os grupos de formação, portanto, temos tido casos, desde que isto agora começou, casos muito, muito graves (...)"

Apesar de compreender o princípio inerente às políticas sociais de activação que procuram fazer com que os beneficiários que estejam em situação de desemprego tenham de cumprir o dever de se requalificar através da frequência da formação, de facto, as coisas no terreno, no seu quotidiano de trabalho, nem sempre correm da melhor maneira. Não só as pessoas se sentem coagidas e revelam um total desinteresse na frequência da iniciativa como inclusivamente *"atacam os profissionais"* e *"estragam os grupos de formação"*. No mesmo sentido se posiciona Maria, 45 anos, licenciada em Engenharia Alimentar, formadora no módulo de Aquisição, Armazenagem e Conservação de Produtos Alimentares num curso EFA e Técnica de Diagnóstico do Centro Novas Oportunidades de uma Associação de Desenvolvimento Local para quem a Iniciativa Novas Oportunidades foi um conceito interessante enquanto as pessoas *"o faziam por livre e espontânea vontade"* mas que gera efeitos perversos a partir do momento em que as pessoas estão obrigadas a ir para os Centros Novas Oportunidades porque estão desempregadas.

"Explico-lhe porquê, falei até nas Novas Oportunidades que foi um conceito interessante a partir do momento em que as pessoas o faziam por livre e espontânea vontade, ou seja, eu trabalho há vinte anos, sou muito boa no que faço mas não tenho equivalência académica, portanto, isto era um bom ponto de partida, agora neste momento as pessoas estão obrigadas a ir para os Centros Novas Oportunidades porque estão desempregadas e o IEFP obriga e isto é um bocado perverso não é, as pessoas não vão beneficiar daquilo em nada porque não estão minimamente motivadas para o fazer e o que eu acho é que as coisas estão a ir pelo caminho errado e daí sentir que não têm um futuro, pelo menos um futuro saudável."

O facto de os beneficiários serem *"ameaçados"* pela Segurança Social e pelo Instituto de Emprego de lhes ser retirado o Rendimento Social de Inserção ou o Subsídio de Desemprego faz com que por sua vez as pessoas se tornem *"agressivas"* e se revoltam não só contra os profissionais com quem contactam directamente mas também incorporem uma revolta face às instituições. Neste sentido, na visão dos beneficiários, os profissionais representam o poder do Estado de quem se rejeita a coacção institucional. O quarto modelo cultural, os *encostados*, apresenta uma prevalência das motivações materiais e uma reduzida motivação para a frequência da medida e para a prática da formação. O modo de racionalidade dominante orienta-se por uma racionalidade poética (Soulet, 2006) e estratégica centrada na tensão permanente entre a pressão dos profissionais para a tarefa e a busca do máximo proveito com o menor esforço. São rotulados de *"encostados"*, *"arrastados"*, a formação é perspectivada como um modo de vida com possibilidade de um despertar para uma oportunidade de vida. Uma das razões percebidas para o *"encosto"* é-nos avançada pela Sónia para quem no seu entender há pessoas que utilizam os seus handicaps e os problemas pessoais de forma estratégica para legitimar os seus encostos. Isto não é aceite por esta mediadora do curso EFA que

evita funcionar como uma bengala de suporte permanente impeditiva em seu entender do desenvolvimento da autonomia dos beneficiários da formação e gerador de dependência. Há pessoas que ficam “à espera de colinho todos os dias” e que se encostam frequentemente aos “*problemas lá de casa*” o que, segundo a Sónia, não pode funcionar como uma justificação aceitável. Há que evitar o papel de “*mãe*”. Um suporte sob a forma de “*bengala permanente*” não ajuda ao trabalho de saída da situação de dependência.

Vejamos o discurso na primeira pessoa:

Entrevistador – E quando diz que tenta não ser a mãe isso quer dizer...

Entrevistada – É assim, há pessoas que estão um bocado, como direi, não estão bem psicologicamente e há pessoas que gostam de chamar a atenção, que nós sentimos todos, toda a equipa que as pessoas têm aquelas atitudes para chamar a atenção e aí eu vou falando com essa pessoa, não é? Mas não vou todos os dias perguntar, como é que está hoje? Então está bem hoje, como é que se sente hoje? Não faço isso, não faço, não sei se faço bem se faço mal, mas quero também que as pessoas ganhem também alguma autonomia e que não se encostem um bocado ali na bengala que eu sou, eu tenho problemas, que há pessoas que se põem sempre nessa posição permanentemente, portanto, eu sou assim, ou eu fiz isto porque tenho problemas, tenho problemas na minha vida, tenho problemas de saúde e portanto vocês têm que aceitar isto. E isto não, eu não aceito isto. Portanto, toda a gente tem problemas não é? E portanto isto não pode ser uma bengala permanente, os problemas que eu tenho, as dores de cabeça que eu tenho porque as senhoras a partir de uma determinada idade têm muito esta frase, aí, eu hoje não consigo fazer isso por causa da minha cabeça. Eu não aceito isto, poderei aceitar uma ou outra vez, não é? É normal que as pessoas um dia ou outro tenham dor de cabeça, agora durante treze meses terem dores de cabeça todos os dias quando se confrontam para realizar um determinado trabalho, isto não é aceitável, não é? E há pessoas que se encostam um bocado nisto e ficam ali à espera de colinho todos os dias (...) não acho bem, as pessoas têm de crescer, têm que se desenvolver e têm que lutar, têm que batalhar por aquilo que querem, não se podem todos os dias encostar aos problemas que eu tenho lá em casa porque quando nós entramos no local de trabalho temos de deixar os problemas lá fora. Não é fácil fazer isto mas as pessoas ao longo de catorze meses têm de ir fazendo isto.”

Os beneficiários percebidos como encostados são vistos como legitimando os seus “*encostos*” a partir de suportes internos ou externos. Os suportes internos remetem para as estratégias de foro psicossocial tais como quando se invocam handicaps pessoais para evitar fazer determinado tipo de tarefas. Os suportes externos têm que ver com apoios que se buscam na orientação da acção que são exteriores às suas pessoas. Quando esse apoio vem dos colegas de grupo, por exemplo.

4. Para fechar

Procurou-se com este texto apresentar alguns dos principais resultados de investigação sobre o programa de políticas públicas de educação básica de adultos designado governamentalmente por Iniciativa Novas Oportunidades. Privilegiámos a compreensão analítica da medida a partir dos sentidos atribuídos pelos técnicos que têm a seu cargo a sua implementação nos terrenos da acção pública. Ao contrário das visões mais funcionalistas na análise das políticas que privilegiam a análise de uma determinada medida a partir de cima, numa lógica implementacionista *Top-Down*, a nossa entrada na análise faz-se numa lógica compreensiva a partir de baixo (*Bottom-Up*) em que se dá uma centralidade na análise ao conceito de acção pública e ao modo como a medida é apropriada pelos actores no local. O estudo do Estado em Acção é assim apreendido pelos múltiplos sentidos pelos quais a medida é apropriada, pelas múltiplas lógicas com que os actores a apreendem e reinterpretam no trabalho de fabricação quotidiana da política e nos modos diferenciados como os beneficiários do programa são representados. Os resultados parciais desta investigação empírica aqui divulgados colocam também alguns desafios fundamentais às políticas de activação e à própria ideia de Estado Social Activo (Vrancken e Macquet, 2006, p. 83). As políticas de activação propõem uma distinção marcante entre a ideia de um Estado Social Passivo cujas políticas tinham como fundamento principal o assegurar de direitos sociais sobre a forma da indemnização face aos destroços provocados pela lógica de destruição criativa (Schumpeter, 1942) inerente ao funcionamento do sistema capitalista e a ideia de um Estado Social Activo que põe a tónica na necessidade de “*activar*” os indivíduos,

torná-los autores da sua própria vida, responsabilizá-los pela sua própria trajectória e destino social, promover a sua autonomia. Os indivíduos passam a ser portadores de direitos sob a condição de cumprirem os deveres impostos pelo Estado. Eles são merecedores das alocações atribuídas pelo Estado, se e só se, demonstrarem voluntariamente a sua adesão a este novo contrato social que lhes impõe um conjunto de obrigações. Ora o que os resultados da nossa investigação demonstram é que nem todos os indivíduos estão em condições de aderir de igual forma ao jogo ideológico das políticas de activação uma vez que é muito evidente que essa adesão é muito desigualmente conseguida consoante os recursos e os suportes individuais e colectivos e as disposições que os indivíduos têm face à ideia politicamente hoje forte da “*aprendizagem ao longo da vida*”.

Referências Bibliográficas

- Berthelot, J. M. (1997), *A Inteligência do Social*, Porto: Rés Editora.
- Cassiers, I. (2005), De l'État providence à l'État social actif: Quelles mutations sous-jacentes?, *Regards Économiques*, Institut de Recherches Economiques et Sociales de l'Université Catholique de Louvain.
- Corcuff, P. (2001). *As Novas Sociologias: Construções da Realidade Social*. Sintra: Editora Vral.
- De Munck, J. e Verhoeven, M. (1997), *Les Mutations Du Rapport À La Norme. Un changement dans la modernité ?* Bruxelles: De Boeck Université.
- Dubet, F. (2002), *Le Déclin De L'Institution*, Paris: Éditions du Seuil.
- Gomes, C. (1987). A interacção selectiva na escola de massas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº3, p.35-49, CIES: Editora Mundos Sociais.
- Hassenteufel, Patrick (2008), *Sociologie Politique: L'Action Publique*, Paris, Armand Colin.
- Hiernaux, J. P. (1997), “Análise estrutural de conteúdos e modelos culturais: aplicação a materiais volumosos” in Albarello, L. et al., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, «Colecção Trajectos», Lisboa: Gradiva.
- Jobert, B. e Müller, P. (1987). *L'État en action*, Paris: PUF.
- Martins, J. (2013). *Das Políticas Às Práticas De Educação De Adultos. Lógicas De Acção, Sentidos E Modos De Apropriação Localmente Produzidos*. Tese de Doutoramento: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova De Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/11395>
- Martuccelli, D. (2006), *Forgé par l'épreuve. L'individu dans la France contemporaine*, Paris: Armand Colin.
- Ramos (1996), *Textos Antropológicos*, Monsaraz: ADIM.
- Schumpeter, J. (1942), *Capitalism, Socialism and Democracy*, New York: Harper.
- Soulet, M-H (2006), “Confiança e Capacidade de Acção. Agir em Contexto de In-quietude”, in Balsa, C. M. (Org.), *Confiança e Laço Social*, Lisboa, CEOS – Investigações Sociológicas: Edições Colibri.
- Vrancken e Macquet (2006), *Le travail sur soi. Vers une psychologisation de la société?* Paris: Éditions Belin.
- Weber, M. (1971), *Économie et Société/1. Les Categories de la sociologie*, Paris: Librairie Plon.

ⁱ Para uma interessante proposta interpretativa da passagem do Estado Providência e o modo de regulação societal a si associado na direcção de um Estado Social Activo (ESA) e de um novo modo de regulação societal centrado na exigência da “*activação*” dos indivíduos consulte-se o artigo de Cassiers (2005).

ⁱⁱ Esta versão que não bate certo com a anterior é uma particularidade dos processos de investigação no domínio das ciências sociais, mais em particular da etnografia, que Ramos (1996) designa por *Efeito de Rashomon*. O facto de que durante o processo de recolha de informação podermos encontrar versões contraditórias sobre o mesmo facto social. O

contacto com outros interlocutores no nosso caso ajudou a clarificar esta questão e levou-nos a perceber que afinal há mais técnicos a identificar os “*papa-cursos*” na frequência dos cursos em observação.

ⁱⁱⁱ Recorremos aqui ao conceito de “*cliente-ideal*” tal como utilizado por Becker quando constata nas perspectivas dos professores um modelo de referência na forma como estes se relacionam com os seus alunos e organizam o trabalho escolar (Becker in Gomes, 1987: 37). É na construção interactiva no interior do espaço escolar que a fabricação deste tipo-ideal de aluno se produz e é a partir deste modelo ideal-típico que se actua face a todos os outros tipos. Cremos que na educação de adultos é perfeitamente adequada esta expressão como comprova a análise do material empírico que recolhemos.